

CONTRATO CEDAE N.º 204 /2019 (DPE)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **RENOVA LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seus Diretores ao final assinados, Sr. CARLOS HENRIQUE COELHO BRAZ, Diretor Presidente Interino, e Sr. JOSÉ PINHEIRO FILHO, Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, doravante denominada **CEDAE**, e a **RENOVA LTDA.**, com sede na Rua Q, 229, Morada Nova 1, sala 04, CEP:39.390-000, Bocaiúva/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 28.470.827/0001-88, neste ato por meio de seu Sócio Administrador ao final assinado, Sr. WALISSON VIEIRA FARIA, brasileiro, contador, portador do RG n.º MG 16.444.597 SSP-MG, inscrito no CPF sob n.º 098.342.866-27, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Aquisição com fundamento no **processo administrativo n.º E-07/100.490/2018**, mediante **Pregão Eletrônico n.º 332/2019**, que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual n.º 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal n.º 8.883/94 e da Lei Federal n.º 9.648/98, pela Lei Estadual n.º 287, de 04/19/79, Decreto Estadual n.º 3.149/80, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a “Aquisição de hidrômetros medidores monojatos, Q_{máx} 1,5 m³/h, classe B, ½” e ¾” e medidores monojatos, Q_{máx} 1,5m³/h, classe B, ½” e ¾”, anti super ima e cúpula de vidro para utilização na rede de micromedicação CEDAE”, conforme tabela abaixo.

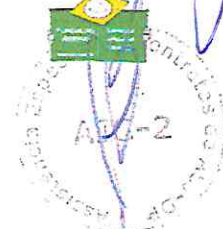
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (UN)
02 (Cota reservada)	HIDRÔMETRO TAQUIMÉTRICO MONOJATO DE CLASSE METROLÓGICA “B” COM DIÂMETRO DE ½” E VAZÃO MÁXIMA DE 1,5M³/H	1.150
04 (Cota reservada)	HIDRÔMETRO TAQUIMÉTRICO MONOJATO DE CLASSE METROLÓGICA “B” COM DIÂMETRO DE ¾” E VAZÃO MÁXIMA DE 1,5M³/H	1.130

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:



- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADAS** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 332/2019** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propositos à **CEDAE** ou terceiros.
- g) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Fonte de Recursos: 10
Código Orçamentário: 33903010
Programa de Trabalho: 1200226064



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Conta Contábil: 411110220
Centro de Custos: DE04000000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000983

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 158.450,00** (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais), conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (UN)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
02 (Cota reservada)	HIDRÔMETRO TAQUIMÉTRICO MONOJATO DE CLASSE METROLÓGICA "B" COM DIÂMETRO DE 1/4" E VAZÃO MÁXIMA DE 1,5M³/H	1.150	R\$ 69,00	R\$ 79.350,00
04 (Cota reservada)	HIDRÔMETRO TAQUIMÉTRICO MONOJATO DE CLASSE METROLÓGICA "B" COM DIÂMETRO DE 1/4" E VAZÃO MÁXIMA DE 1,5M³/H	1.130	R\$ 70,00	R\$ 79.100,00
VALOR TOTAL				158.450,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e

desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

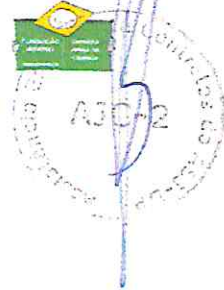
PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 158.450,00 (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

Alfonso



PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir **NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e**, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspensos pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;

c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUARTO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUINTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO SEXTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor das multas previstas na alínea "b", do item 18.1, e no item 18.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrado judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".



PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da **CEDAE**, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

PARÁGRAFO QUARTO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;



II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;

III. Prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Se a contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básicos**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO OITAVO: A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

PARÁGRAFO NONO: A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.



PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

PARÁGRAFO ÚNICO: As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO- Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

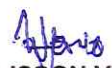
Rio de Janeiro, 27 de DEZEMBRO de 2019.

Pela **CEDAE**:


CARLOS HENRIQUE COELHO BRAZ
Diretor Presidente Interino


JOSÉ PINHEIRO FILHO
Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade

Pela **CONTRATADA**:


WALISSON VIEIRA FARIA
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

Ref contr-RENOVA-LTDA-aquisição-hidrômetros-PE-322-2019-VBO

PROCESSO Nº E-26/005/2782/2019 - CLAUDIA MARIA PEREIRA, ID Funcional 554259, Professor FAETEC II - 40 horas, vínculo 1 (FAETEC) e Enfermeiro, matrícula 1109179 (Ministério da Saúde).

PROCESSO Nº E-26/005/5418/2019 - ANA PAULA ALVES RANGEL, ID Funcional 39979237, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Biólogo, matrícula 2144-0/1 (Prefeitura Municipal do Rio das Ostras).

PROCESSO Nº E-03/004/2946 A/2018 - SILVANA FARIA SARZEDAS, ID Funcional 34708014, Professor Docente II, vínculo 1 (SE-EDUC) e Psicólogo, matrícula 6040-1 (Prefeitura Municipal de Bom Jardim).

LÍCITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELAS SERVIDORAS, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "B", DA CRFB/1988.

Id: 2233629

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

*PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8636 DE 16 DE JANEIRO DE 2020

INSTITUI A NOVA LOGOMARCA DO ESPAÇO CULTURAL SALA DJANIRA DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO PARA UTILIZAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS, no uso das atribuições legais, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº SEI-120218/000125/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída, para efeito de publicidade institucional, a nova logomarca do Espaço Cultural Sala Djanira, da Fundação CEPERJ, em conformidade com as especificações constantes do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo Único - São vedadas quaisquer alterações nos espaços entre os elementos que compõem a logomarca ora instituída.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2020

REINALDO LOPES COSTA
Presidente



*Omitida no D.O. de 17/01/2020.

Id: 2233654

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 16/12/2019

DESIGNA LUIZ CLAUDIO DRUMOND, Engenheiro E, como Presidente, KLEBER COSTA, Agente Administrativo F, LEANDRO OLIVEIRA NASCIMENTO, Agente de Saneamento G, como membros titulares e OSMAR PEREIRA PINTO FILHO, Agente Administrativo A, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, bem como JORGE LUIZ DA SILVA, Assessor de Departamento, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização, para "AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS MEDIDORES MONOJATOS, QMAX 1,5 M³/H, CLASSE B, 1/2 E 3/4 E MEDIDORES MONOJATOS, QMAX 1,5 M³/H, CLASSE B, 1/2 E 3/4 ANTI SUPER IMÁ E CÚPULA DE VIDRO PARA UTILIZAÇÃO NA REDE DE MICRODISTRIBUIÇÃO DA CEDAE", de que trata o Processo nº E-07/100.490/2018, Ordem de Serviço P/IS nº 27.131-00/2019.

Id: 2233645

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 20/12/2019

DESIGNA ALESSANDRA PEREIRA RIBEIRO DA SILVA, Agente de Saneamento H, como Presidente, SHEILA BARBOSA MARTINS, Téc. de Laboratório III, THELMA RAFAELA PEREIRA TORRES, Téc. de Laboratório III, ROSSAN CAMPOS DOS SANTOS JUNIOR, Téc. de Laboratório III, MARCIA LUIZA JABER VIEIRA DE FARIA, Agente de Saneamento I, RODRIGO DEROSI ALVIM, Téc. de Laboratório II, KATIA MARINHO DE BARROS, Analista de Qualidade B, ATILA SANTANA DA SILVA, Téc. de Laboratório II, PAULO CORDEIRO DE OLIVEIRA FILHO, Téc. de Laboratório II, RODRIGO FERREIRA BITTENCOURT, Analista de Qualidade B, como membros titulares e MARCELO DE SOUZA DIAS PAULO, Téc. de Laboratório II, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, bem como JORGE LUIZ DA SILVA, Assessor de Departamento, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada "AQUISIÇÃO DE BALANÇA ANALÍTICA, BALANÇA SEMIANALÍTICA, KIT DE PESOS-PADRÃO E MESA ANTIGIRATÓRIA", de que trata o Processo nº E-07/100.490/2018, Ordem de Serviço P/IS nº 27.142-00/2019.

Id: 2233696

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 21/01/2020

DESIGNA DEBORA ARAUJO DIAS, Analista Qualidade D, como Presidente, IURI MORENO DE MEDEIROS, Engenheiro C, JOSE ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS, Técnico Eletromecânica II, MARCIO LO DIBE RODRIGUES, Agente de Saneamento I, SANDRO ARANTES DRUMOND COUTINHO, Agente de Saneamento I, MARCIONI DE ALVIM LETIERI, Engenheiro D, FABIO DIAS BARROS, Engenheiro D, FERNANDO AUGUSTO DE ABREU ARRUDA, Agente de Saneamento I e RANIERI FELISBERTO NOGUEIRA, Técnico Contabilidade II, como Membros Titulares e LEONARDO MACHADO DE OLIVEIRA DA COSTA, Engenheiro D, como Membro Suplente, Gerente do Contrato MARCIA VALERIA FERREIRA DE OLIVEIRA, Contador D, e JOSE RIBAMAR GOMES DE SENA JUNIOR, Agente de Saneamento I, como Suplente para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA DE AMOSTRA DE ÁGUA, ANÁLISES DE CAMPO, CONTROLE E LOGÍSTICA DE AMOSTRAGEM PARA CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA NA REGIÃO", de que trata o Processo nº E-07/100.514/2019, Ordem de Serviço P/IS nº 27.247-00/2020.

Id: 2233614

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 21/01/2020
PÁGINA 3- 1ª COLUNA

Onde se lê:

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 15/01/2019

PROCESSO Nº E-07/100.128/2019

Leia-se:

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 15/01/2020

PROCESSO Nº E-07/100.128/2019

Id: 2233787

Secretaria de Estado de Fazenda

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 110 DE 24 DE JANEIRO DE 2020

DELEGA COMPETÊNCIAS PARA PRÁTICA DOS ATOS QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII e o § 1º do art. 82 da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro), e tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto-Lei nº 239, de 21 de julho de 1975, e no parágrafo único do art. 35 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 3.149, de 28 de abril de 1980,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica delegada ao Subsecretário de Finanças, da Secretaria de Estado de Fazenda LEONARDO LOBO PIRES, ID: 5097684-2, com validade a contar de 21 de janeiro de 2020, competência para, na qualidade de ORDENADOR DE DESPESAS, autorizar, transferir e movimentar recursos financeiros à conta dos Programas de Trabalho da Unidade Orçamentária 3702 (Encargos Gerais do Estado) que integra a estrutura básica desta Secretaria de Estado, e:

I - autorizar a emissão de notas de empenho, emitir ordens de pagamentos e cheques nominativos, bem como movimentar contas e transferências financeiras, em nome desta Secretaria de Estado;

II - aplicar ou relevar as penalidades administrativas previstas em lei, inclusive as pecuniárias quando verificadas descumprimentos de obrigações contratuais, inclusive inobservância de prazos, nos casos de fornecimento de materiais, prestações de serviços e execuções de obras; e

III - reconhecer dívidas.

Art. 2º - Da presente Resolução será dado conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado, conforme dispõe parágrafo único, do art. 289, da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e aos órgãos de controle interno desta Secretaria.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2020

LUIZ CLAUDIO RODRIGUES DE CARVALHO
Secretário de Estado de Fazenda

Id: 2233792

DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 14/01/2020

*PROCESSO Nº E-04/100/100015/2018 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, em favor da empresa GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISA LTDA, no valor de R\$ 970.800,00 (novecentos e setenta mil e oitocentos reais) com base no artigo 25, inciso II e § 1º da Lei nº 8.666/93, *Omitido no D.O. de 15/01/2020.

Id: 2233913

FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 24/01/2020
PÁGINA 06 - 3ª COLUNA

ATO DO GESTOR, DO SECRETÁRIO E DO SUBSECRETÁRIO

PORTARIA CONJUNTA FAF/SECC Nº 01
DE 15 DE JANEIRO DE 2020

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO, NA FORMA A SEGUIR ESPECIFICADA.

Art. 1º -

Onde se lê:

II - VIGÊNCIA: Data de início: 01/01/2020 - Data de término: 31/01/2020

Leia-se:

II - VIGÊNCIA: Data de início: 01/01/2020 - Data de término: 31/12/2020

Id: 2233095

SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE GERAL
DO RIO DE JANEIRO

ATO DO CONTADOR-GERAL
DE 17.01.2020

DIVULGA, nos termos do § 3º, do artigo 209, da Constituição Estadual, os Demonstrativos Resumidos das Execuções Orçamentárias da RECEITA e da DESPESA, relativos ao mês de MAIO de 2019, emitidos através do SIAFE-Rio, referentes à ADMINISTRAÇÃO DIRETA e INDIRETA.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Demonstrativo Consolidado da Execução Orçamentária da Despesa -
Maio/2019

ESPECIFICAÇÃO	Dotação Inicial	Alterações	Crédito Disponível	Despesa Autorizada	Despesas Empenhadas	Despesas a Liquidar	Despesas em Liquidação	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito disponível
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	71.965.157.954	119.987.725	10.163.279.946	61.921.865.732	26.027.023.088	2.892.461.880	22.518.450	23.122.842.758	20.394.434.700	35.894.042.645
No Mês	0	20.095.054	-175.702.211	205.757.265	5.217.290.828	8.024.360	2.670.819	5.125.355.629	4.030.404.291	-5.011.533.563
Até o mês	71.965.157.954	119.987.725	10.163.279.946	61.921.865.732	26.027.023.088	2.892.461.880	22.518.450	23.122.842.758	20.394.434.700	35.894.042.645
3.1.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.213.059.447	-108.817.186	6.070.291.141	41.033.951.120	17.808.344.523	931.642.810	17.855.778	16.858.845.934	14.581.492.294	23.225.606.597
No Mês	0	-122.412.802	-97.324.707	-25.088.156	3.405.605.337	-41.095.094	2.635.409	3.444.065.021	3.318.225.796	-3.430.093.493
Até o Mês	47.213.059.447	-108.817.186	6.070.291.141	41.033.951.120	17.808.344.523	931.642.810	17.855.778	16.858.845.934	14.581.492.294	23.225.606.597
90 - Aplicações Diretas	43.266.447.176	-121.316.524	5.632.663.445	37.512.467.207	16.074.943.804	745.808.848	15.939.637	15.313.195.319	13.340.816.794	21.437.523.403
No Mês	0	-132.614.272	-100.747.207	-31.867.064	3.084.955.302	-36.917.900	2.345.790	3.119.527.562	3.004.760.612	-3.116.822.457
Até o mês	43.266.447.176	-121.316.524	5.632.663.445	37.512.467.207	16.074.943.804	745.808.848	15.939.637	15.313.195.319	13.340.816.794	21.437.523.403
3.1.90.00 - DESPESAS CORRENTES - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	-121.316.524	5.632.663.445	-5.753.979.969	0	0	0	0	0	-3.110.822.457
No Mês	0	-132.614.272	-100.747.207	-31.867.064	0	0	0	0	0	-3.110.822.457
Até o mês	0	-121.316.524	5.632.663.445	-5.753.979.969	0	0	0	0	0	-3.110.822.457
3.1.90.01 - Aposentadorias e Reformas	15.522.730.892	0	0	15.522.730.892	6.016.862.482	259.827	0	6.016.862.655	5.159.413.019	0
No Mês	0	0	0	0	0	1.207.733.763	240.532	0	1.102.727.716	0
Até o mês	15.522.730.892	0	0	15.522.730.892	6.016.862.482	259.827	0	6.016.862.655	5.159.413.019	0
3.1.90.03 - Pensões do RPPS e do Militar	4.666.288.827	0	0	4.666.288.827	1.660.128.527	900.539	0	1.659.227.988	1.364.186.823	0
No Mês	0	0	0	0	0	354.016.549	898.679	0	320.272.803	0
Até o mês	4.666.288.827	0	0	4.666.288.827	1.660.128.527	900.539	0	1.659.227.988	1.364.186.823	0
3.1.90.04 - Contratação Por Tempo Determinado	54.309.307	0	0	54.309.307	13.654.464	6.528	0	13.647.937	10.406.755	0
No Mês	0	0	0	0	0	4.080.555	161	0	3.004.703	0
Até o mês	54.309.307	0	0	54.309.307	13.654.464	6.528	0	13.647.937	10.406.755	0



documento
assinado
digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sábado, 25 de Janeiro de 2020 às 03:08:22 -0200.

A assinatura não possui validade quando impresso.

Secretaria de Estado de
Esporte, Lazer e Juventude

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2020

No dia 24 de janeiro de 2020, às 14:00 horas, reuniu-se nas dependências da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude do Rio de Janeiro, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 409 - 21º andar, a Comissão de Aprovação de Projetos, Iniciados os trabalhos, a Comissão avaliou o projeto considerando critérios objetivos descritos em lei, a oportunidade e conveniência da realização do mesmo, em acordo com a estratégia das políticas públicas do Estado, em especial as que se referem às diretrizes da Secretaria de Estado Esporte, Lazer e Juventude para o fomento, para a democratização e para a promoção social e esportiva no Estado do Rio de Janeiro. Após a análise, a Comissão decidiu por aprovar, por unanimidade, com os votos dos membros: Rafael Fernandes Lira, Vanessa Fabiane Ferreira, Bruno Saboia Saenger e Valnei Costa Rosa; o reexame do seguinte projeto, haja vista as alterações feitas em cumprimento ao indicado pela Assessoria Jurídica da SELJE e da PGE/RJ: "RIO OPEN 2020", Processo nº E-30.001.022/2019. Além dos Relatores, participaram desta reunião: Paulo Vitor do Souza Araújo, Subsecretário de Esporte, Lazer e Juventude e Ricardo Neves Assumpção, Coordenador da CPEI. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Id: 2233924

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

DESPACHO DO CONTROLADOR-GERAL
DE 24.01.2020

PROCESSO Nº E-04/053/34/2017 - THIAGO JUSTINO DE SOUSA, Auditor do Estado, ID nº 5005905-0, AUTORIZO o gozo de 02 (dois) meses de licença-prêmio referente ao período aquisitivo de 15/06/2012 a 11/03/2017, a contar de 27/02/2020.

Id: 2233929

Gabinete de Segurança Institucional do Governo

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SUBSECRETARIA MILITARATO DO SUBSECRETÁRIO
DE 22/01/2020

DESIGNA Marco Cesar Furtado de Oliveira, ID 612758-4, em substituição a Lucia Damiana de Souza Barbosa, ID 0839111-7, como Encarregado da Subsecretaria de Controle Patrimonial da Coordenação de Operações Aéreas da Subsecretaria Militar do Gabinete de Segurança Institucional, a contar de 01 de janeiro de 2020.

Id: 2233979

Procuradoria Geral do Estado

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA PUBLICADESPACHOS DA ASSESSORA
DE 21/01/2019

PROC. Nº E-14/001.031893/2019 - FELIPE MOREIRA COSTA FORMIGA - DATA: 06.01.2020
PROC. Nº E-14/001.006955/2018 - CAROLINE CRISTINA DE FIGUEIREDO DIAS - DATA: 03.02.2020
DEFIRO os pedidos de desligamento do Programa de Residência Jurídica, a contar das datas respectivamente assinaladas.

Id: 2233928

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE GESTAODESPACHO DA ASSESSORA ESPECIAL
DE 24.01.2020

PROC. Nº SEI-14/001.001318/2020 - RECONHEÇO A DÍVIDA.

Id: 2233986

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO torna publico, para conhecimento dos interessados, que o PREGÃO ELETRÔNICO nº

001/2019, referente à Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de vigilância desarmada ininterrupta, nas unidades relacionadas pela Fundação DER-RJ em seu Termo de Referência; cuja realização estava marcada para 03/02/2020, fica adiado sine die, por interesse da Administração do DER-RJ.

Id: 2233991

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 204/2019 (DPE).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a RENOVIA LTDA.
OBJETO: "Aquisição de hidrômetros medidores monojatos, Qmáx 1,5 m³/h, classe B, ½" e ¾" e medidores monojatos, Qmáx 1,5m³/h, classe B, ½" e ¾", anti super ima e cupula de vidro para utilização na rede de micromedição CEDAE".
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 158.450,00 (cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e cinquenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 27/12/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.490/2018 (Pregão Eletrônico nº 332/2019).

Id: 2234035

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 160/2019 (DPR) do Patrocínio.
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a INSTITUTO JUSTIÇA & CIDADANIA.
OBJETO: O patrocínio e a participação da CEDAE no evento I SEMINÁRIO SOBRE SEGURANÇA JURÍDICA EM INVESTIMENTO NO RIO DE JANEIRO.
PRAZO: Este contrato estará vigente após sua assinatura pelo período estritamente necessário à realização do evento e disponibilização dos recursos.
VALOR TOTAL: R\$ 789.750,00 (setecentos e oitenta e nove mil setecentos e cinquenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 04/12/2019.
FUNDAMENTO: Processo nº E-12/300.031/2019 (IL nº 009/2019 - DPR).

Id: 2233984

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 001/2020.
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através do FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDARIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação na forma de subscrição, para acesso a base de conhecimentos, conforme condições e quantidades descritas no Termo de Referência e na proposta RJ20190303001 da CONTRATA-DA, parte integrante do contrato.
PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação.
VALOR: R\$ 970.800,00 (novecentos e setenta mil e oitocentos reais).
PROGRAMA DE TRABALHO: 2061.04.123.0435.3103.
NATUREZA DAS DESPESAS: 3330.39.82.
NOTA DE EMPENHO: 2020NE0023.
DATA DA ASSINATURA: 03/01/2020.
FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993.
PROCESSO Nº E-04/109/100015/2018.

Id: 2234127

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECAÇÃO

EDITAL

Os CONTRIBUINTES, abaixo, ficam cientificados da lavratura dos autos de infração por infração à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital, com redução do valor da multa de 50% (cinquenta por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração.
Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 14/2020

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 10.01 - CAMPOS DOS GOYTACAZES
Av. Alberto Torres, 82 Centro - CEP 28010-117 Campos dos Goytacazes - RJ

JOSE VICTOR RIBEIRO FREITAS DA SILVA
CPF 144.971.927-92 - Processo nº E-04/211/012445/2019
Auto de Infração nº 03.605831-3, de 09/09/2019
Valor reclamado R\$ 2.169,50.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONSELHO PLENO

AVISO

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS POR SORTEIO

Na Sessão do Conselho Pleno a ser realizada no dia 29 de janeiro de 2020, às 14h30min serão distribuídos, através de sorteio efetuado pelo Representante da Fazenda presente à Sessão, os seguintes Recursos:

RECURSO	PROCESSO	CONTRIBUINTE
34.741	E-04/053017/2008	
50.274	E-04/226455/2011	BRASIL TELECOM COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA
50.275	E-04/226456/2011	CREACOES OPCAO LTDA
53.089	E-04/137247/2012	CREACOES OPCAO LTDA
56.863	E-04/106889/2009	DROGARIA REAL DO BICAO LTDA
59.372	E-04/04000082/2013	FABRICA DE LATICIOS MONTE AZUL LTDA - 4ª NÃO
59.376	E-04/04000081/2013	SENDAS DISTRIBUIDORA S/A
60.564	E-04/04000084/2014	SENDAS DISTRIBUIDORA S/A
60.628	E-04/04000085/2014	SENDAS DISTRIBUIDORA S/A
60.648	E-04/04000110/2014	SENDAS DISTRIBUIDORA S/A

Id: 2234006

CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PROTOCOLO

AVISO

REDISTRIBUIÇÃO POR CONEXÃO

Redistribui-se à 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes o recurso 74506, referente ao Processo Administrativo nº E-04/035/100158/2018 - D2B DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI, por conexão, ao recurso 74565, relativo ao Processo nº E-04/035/100155/2018, de acordo com o § 2º, do artigo 3º, da Portaria CC nº 03/2007.

Id: 2233989